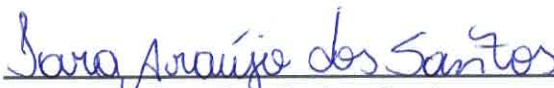


CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TABATINGA
CURSO DE PEDAGOGIA
9º PERÍODO – NOTURNO– TURMA PN22_ B01

ATA DO SEMINÁRIO DE SOCIALIZAÇÃO DA MONOGRAFIA

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis (26/06/2026), precisamente às nove horas, na sala de Pós-graduação, no Centro de Estudos Superiores de Tabatinga-CESTB, localizado à Avenida da Amizade, 74 Centro, no município de Tabatinga/Am, em consonância com o que diz o Projeto Político Pedagógico - Regulamento do TCC (Curso de Pedagogia), Art. 16º. "Os Seminários de Socialização são de caráter público", reuniram-se os acadêmicos do Curso de Pedagogia – 9º período- noturno, turma PN22_ B01, para o **Seminário de Socialização do Artigo– TCC** intitulado "**Políticas públicas de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência: um estudo de caso no CESTB-Tabatinga-AM**" elaborado por **Iara Araujo dos Santos**, sob a orientação do **Prof.Dr. Jorge Barbosa de Oliveira** (presidente da banca), o qual foi avaliado pelos professores: **Profª. Dra. Rosi Meri Bukowitz Jankauskas (Av. 1)** **Prof. Dr.Sebastião Rocha de Sousa (Av.2)** que fazem parte da comissão de avaliação conforme composição transcrita abaixo, bem como a avaliação final da apresentação.

ACADÊMICA	NOTAS DOS AVALIADORES		Nota final
	Aval. 1	Aval. 2	
Iara Araujo dos Santos	9,6	9,4	9,5.


Iara Araujo dos Santos
Acadêmica


Avaliador- 1 **Profª. Dra. Rosi Meri Bukowitz Jankauskas**


Avaliador – 2. **Prof.Dr. Sebastião Rocha de Sousa**

Tabatinga, 26 de junho de 2026

Centro de Estudos Superiores de Tabatinga

Universidade do Estado do Amazonas
Av. da Amizade, 74, Centro
Cep: 69.640-000 / Tabatinga - AM



**GOVERNO DO
AMAZONAS**
A FORÇA DA NOSSA GENTE

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO NO CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TABATINGA-AM (UEA)

Iara Araújo dos Santos¹

Jorge Barbosa de Oliveira²

RESUMO

A acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência constituem direitos fundamentais assegurados pela legislação brasileira e representam elementos essenciais para a promoção da equidade no ensino superior. Considerando as particularidades geográficas, sociais e logísticas da região do Alto Solimões, torna-se relevante investigar como as políticas públicas de acessibilidade e inclusão são efetivadas em instituições de ensino superior localizadas na Amazônia, especialmente em contextos de fronteira, onde os desafios para sua implementação podem ser ainda mais complexos. Neste contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar a implementação das políticas públicas de acessibilidade e inclusão no Centro de Estudos Superiores de Tabatinga (CESTB/UEA), identificando seus avanços, desafios e impactos na garantia dos direitos das pessoas com deficiência. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, descritiva e exploratória, sendo realizada por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Participaram do estudo quatro estudantes com deficiência, três estudantes sem deficiência e um representante da gestão institucional. Os dados foram coletados por meio de questionários semiestruturados e analisados à luz da literatura especializada sobre inclusão educacional. Os resultados demonstraram que a instituição possui iniciativas voltadas à promoção da acessibilidade, especialmente por meio da atuação do Núcleo de Inclusão de Pessoas com Necessidades Específicas (NIPNE), que desenvolve ações como acompanhamento pedagógico dos estudantes com deficiência, escuta e encaminhamento de demandas, além de ações de sensibilização da comunidade acadêmica para a promoção da inclusão. Contudo, a instituição ainda enfrenta desafios relacionados às barreiras comunicacionais, pedagógicas, arquitetônicas e atitudinais. Entre os achados, destacaram-se as dificuldades de comunicação como o principal obstáculo enfrentado pelos estudantes com deficiência. Conclui-se que o CESTB/UEA apresenta avanços no processo de inclusão, mas necessita fortalecer ações institucionais capazes de garantir condições mais efetivas de acesso, permanência e participação acadêmica.

Palavras-chave: Acessibilidade. Educação inclusiva. Pessoa com deficiência. Ensino superior. Políticas públicas.

¹ Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas, no Centro de Estudos Superiores de Tabatinga. Contato lags.ped22@uea.edu.br

² Professor Doutor, do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas, no Centro de Estudos Superiores de Tabatinga. Contato jbarbosa@uea.edu.br

RESUMEN

La accesibilidad y la inclusión de personas con discapacidad constituyen derechos fundamentales asegurados por la legislación brasileña y representan elementos esenciales para la promoción de la equidad en la educación superior. Considerando las particularidades geográficas, sociales y logísticas de la región del Alto Solimões, se vuelve relevante investigar cómo se implementan las políticas públicas de accesibilidad e inclusión en instituciones de educación superior ubicadas en la Amazonía, especialmente en contextos fronterizos, donde los desafíos para su implementación pueden ser aún más complejos. En este contexto, el presente estudio tuvo como objetivo analizar la implementación de las políticas públicas de accesibilidad e inclusión en el Centro de Estudios Superiores de Tabatinga (CESTB/UEA), identificando sus avances, desafíos e impactos en la garantía de los derechos de las personas con discapacidad. La investigación se caracteriza como cualitativa, descriptiva y exploratoria, realizándose a través de investigación bibliográfica y de campo. Participaron en el estudio cuatro estudiantes con discapacidad, tres estudiantes sin discapacidad y un representante de la gestión institucional. Los datos se recopilaron mediante cuestionarios semiestructurados y se analizaron a la luz de la literatura especializada sobre inclusión educativa. Los resultados mostraron que la institución tiene iniciativas orientadas a la promoción de la accesibilidad, especialmente a través del trabajo del Núcleo de Inclusión de Personas con Necesidades Específicas (NIPNE), que desarrolla acciones como el acompañamiento pedagógico de los estudiantes con discapacidad, la escucha y el canalizado de demandas, además de acciones de sensibilización de la comunidad académica para promover la inclusión. Sin embargo, la institución aún enfrenta desafíos relacionados con las barreras comunicacionales, pedagógicas, arquitectónicas y actitudinales. Entre los hallazgos, se destacaron las dificultades de comunicación como el principal obstáculo que enfrentan los estudiantes con discapacidad. Se concluye que el CESTB/UEA presenta avances en el proceso de inclusión, pero necesita fortalecer acciones institucionales capaces de garantizar condiciones más efectivas de acceso, permanencia y participación académica.

Palabras clave: Accesibilidad. Inclusión. Persona con discapacidad. Educación superior. Políticas públicas.

1. INTRODUÇÃO

A acessibilidade é reconhecida como um direito assegurado pela legislação brasileira e constitui um elemento essencial para a promoção da igualdade de oportunidades e da inclusão social das pessoas com deficiência. No entanto, observa-se que a realidade de muitas instituições de ensino superior ainda se encontra distante do que é previsto legalmente, uma vez que persistem barreiras que dificultam e, em alguns casos, impedem a participação plena desses indivíduos nas atividades acadêmicas e no convívio social.

Garantir que as pessoas com deficiência tenham acesso efetivo aos espaços, serviços e atividades, especialmente no contexto educacional, representa um desafio que ultrapassa o cumprimento formal das normas legais. Trata-se de um compromisso ético e social voltado à promoção da autonomia, da dignidade e da igualdade de oportunidades, princípios fundamentais para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

No âmbito educacional, a inclusão demanda esforços contínuos por parte das instituições para a eliminação de barreiras de natureza arquitetônica, comunicacional e atitudinal. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) estabelece diretrizes que orientam a construção de ambientes mais acessíveis, enquanto normas técnicas, como a ABNT NBR 9050 (2015), definem os parâmetros necessários para garantir a adequação dos espaços físicos. Apesar dos avanços nas pesquisas sobre educação inclusiva no Brasil, ainda são escassos os estudos que analisam a implementação das políticas de acessibilidade em instituições de ensino superior localizadas na região do Alto Solimões, especialmente no CESTB.

O Centro de Estudos Superiores de Tabatinga (CESTB), vinculado à Universidade do Estado do Amazonas (UEA), insere-se nesse contexto por representar uma instituição localizada em uma região marcada por desafios logísticos, geográficos e socioeconômicos. Tais condições influenciam diretamente a implementação e a efetividade das políticas públicas de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior.

Diante desse cenário, torna-se pertinente a realização deste estudo de caso no Centro de Estudos Superiores de Tabatinga (CESTB/UEA), considerando as particularidades geográficas, logísticas e socioeconômicas da região do Alto Solimões, que influenciam diretamente a efetivação das políticas públicas de acessibilidade e inclusão. A pesquisa busca evidenciar os desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência no ensino superior, produzindo conhecimentos que possam

subsidiar o aprimoramento das políticas institucionais e das práticas de acessibilidade. Além disso, pretende sensibilizar gestores, docentes, estudantes e demais membros da comunidade acadêmica para a necessidade de mudanças estruturais e atitudinais que fortaleçam a inclusão, contribuindo para a construção de um ambiente acadêmico mais acessível e equitativo e servindo como referência para outras instituições de ensino superior situadas em contextos semelhantes.

A pesquisa foi realizada no ano de 2026, considerando as políticas públicas, as ações institucionais e as condições de acessibilidade vigentes no Centro de Estudos Superiores de Tabatinga (CESTB/UEA) durante esse período. Dessa forma, as análises e os resultados apresentados refletem o contexto institucional observado no momento da investigação.

Nesse contexto, formula-se a seguinte questão norteadora da pesquisa: de que forma as políticas públicas de acessibilidade estão sendo implementadas no Centro de Estudos Superiores de Tabatinga (CESTB/UEA) e em que medida contribuem para garantir a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior?

Do ponto de vista social, a pesquisa busca contribuir para a defesa e a promoção dos direitos das pessoas com deficiência, favorecendo a reflexão sobre condições equitativas de acesso, permanência e sucesso no ensino superior. Trata-se de um grupo historicamente excluído dos espaços educacionais formais em decorrência de barreiras físicas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais que, por muitos anos, limitaram sua participação plena nos processos educativos.

Entre os principais entraves enfrentados por estudantes com deficiência no ensino superior estão as barreiras físicas ou arquitetônicas, como a ausência de rampas adequadas, sanitários adaptados e sinalização acessível; as barreiras comunicacionais, que envolvem a falta de recursos de tecnologia assistiva, intérpretes de Libras ou materiais pedagógicos em formatos acessíveis; e as barreiras atitudinais, relacionadas a preconceitos, estigmas ou à falta de preparo de gestores, docentes e colegas para lidar com a diversidade.

Essas barreiras, muitas vezes invisíveis ou naturalizadas, têm impacto direto na trajetória acadêmica dos estudantes com deficiência, podendo levar à evasão, à exclusão velada ou à limitação de suas oportunidades de participação plena no ambiente universitário. A inclusão dessas pessoas não deve ser vista como concessão, mas como um direito assegurado pela Constituição Federal, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI).

Com o intuito de contribuir para a promoção de uma educação superior acessível, inclusiva e igualitária, este trabalho tem como objetivo geral analisar a implementação das políticas públicas de acessibilidade e inclusão no CESTB/UEA, identificando seus avanços, desafios e impactos na garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

Para alcançar esse propósito, busca-se investigar quais políticas públicas de acessibilidade e inclusão são adotadas pelo CESTB/UEA; examinar as condições de acessibilidade no ingresso, matrícula e permanência de estudantes com deficiência; identificar barreiras arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais; verificar a percepção dos estudantes e gestores sobre a efetividade implementadas; e propor estratégias e soluções que contribuam para a inclusão e permanência desse público no ensino superior.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Políticas públicas e base legal da inclusão e acessibilidade no ensino superior

A educação inclusiva no Brasil constitui resultado de um processo histórico marcado por transformações sociais, avanços legislativos e ampliação do reconhecimento da pessoa com deficiência como sujeito de direitos. Durante longos períodos, as pessoas com deficiência foram excluídas dos espaços educacionais formais, sendo direcionadas a instituições segregadas ou privadas do acesso à escolarização. Apenas com a consolidação do Estado Democrático de Direito é que, a inclusão passou a integrar a agenda das políticas públicas.

A Constituição Federal de 1988 representa marco fundamental nesse processo, ao estabelecer a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, garantindo igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (art. 205). Ao assegurar o princípio da igualdade, a Constituição inaugura uma nova perspectiva sobre a responsabilidade do poder público na promoção de condições que assegurem não apenas o ingresso, mas também a permanência dos estudantes no sistema educacional.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1988, art. 205)

No campo específico da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) reforça o direito ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. Tal previsão normativa amplia o dever das instituições educacionais, inclusive no nível superior, quanto à adaptação de práticas pedagógicas e estruturas institucionais.

A consolidação do paradigma inclusivo ocorre com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que reafirma a matrícula de estudantes com deficiência no ensino comum e estabelece diretrizes para a organização de sistemas educacionais inclusivos. Essa política rompe com o modelo integracionista, no qual o estudante deveria adaptar-se ao sistema, e passa a defender a reorganização institucional para atender à diversidade.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) fortalece esse entendimento ao definir a acessibilidade como direito fundamental e condição indispensável para o exercício da autonomia, independência e participação social. A referida lei impõe às instituições de ensino superior o dever de assegurar condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, vedando qualquer forma de discriminação.

Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar políticas públicas que garantam à pessoa com deficiência acesso à educação, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, assegurando sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades. (Brasil, 2015, art. 28)

Conforme Mantoan (2003), a inclusão educacional exige transformação estrutural do sistema de ensino, uma vez que não se trata de inserir o estudante com deficiência em um modelo já estabelecido, mas de reconstruir a instituição a partir do reconhecimento da diversidade humana. Nesse sentido, a mera existência de dispositivos legais não garante a efetividade da inclusão, sendo necessária a implementação concreta das políticas públicas no cotidiano institucional.

Assim, ao analisar a implementação das políticas públicas de acessibilidade no ensino superior, torna-se imprescindível considerar tanto o arcabouço normativo quanto sua materialização prática. A distância entre o que está previsto na legislação e o que efetivamente ocorre nas instituições constitui um dos principais desafios contemporâneos da educação inclusiva.

No contexto amazônico, especialmente em regiões de fronteira como Tabatinga, a implementação dessas políticas enfrenta desafios adicionais

relacionados às distâncias geográficas, limitações estruturais e dificuldades de acesso a serviços especializados. Dessa forma, a efetivação da acessibilidade no ensino superior demanda não apenas o cumprimento das legislações vigentes, mas também estratégias institucionais capazes de responder às especificidades regionais e às necessidades dos estudantes com deficiência.

Embora o arcabouço legal brasileiro represente importante avanço na garantia dos direitos das pessoas com deficiência, a efetivação dessas políticas depende da compreensão dos conceitos de acessibilidade e inclusão, bem como da identificação das barreiras que ainda limitam a participação plena desses sujeitos no ambiente educacional.

2.2 Acessibilidade e inclusão: conceitos, dimensões e barreiras

A compreensão da inclusão educacional fundamenta-se no modelo social da deficiência, que desloca o enfoque da limitação individual para as barreiras comunicacionais, arquitetônicas e atitudinais que impedem a plena participação dos sujeitos. Diferentemente do modelo médico, que compreende a deficiência como problema individual a ser corrigido, o modelo social entende que a exclusão decorre da inadequação dos ambientes e das estruturas sociais.

A inclusão social é o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão constitui, portanto, um processo bilateral, no qual pessoas ainda excluídas e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. (SASSAKI, 2006, p. 41)

Segundo Sasaki (2006), a inclusão implica transformação da sociedade para que esta se torne capaz de acolher todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou intelectuais. A acessibilidade, nesse contexto, constitui condição essencial para a efetivação da inclusão.

A legislação brasileira define acessibilidade como a possibilidade de alcance e utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos, transportes, informação e comunicação. Tal conceito desdobra-se em múltiplas dimensões, incluindo acessibilidade arquitetônica, comunicacional, pedagógica, metodológica e atitudinal.

As barreiras arquitetônicas referem-se à ausência de rampas, elevadores, sinalização adequada e adaptações estruturais. As barreiras comunicacionais

envolvem a inexistência de intérpretes de Libras, materiais em braille ou recursos tecnológicos assistivos. As barreiras pedagógicas manifestam-se por meio de práticas inflexíveis e avaliações padronizadas que desconsideram diferentes formas de aprendizagem. Já as barreiras atitudinais relacionam-se a preconceitos, estigmas e resistências culturais.

Carvalho (2012) afirma que a inclusão exige revisão das concepções pedagógicas e superação de práticas excludentes historicamente consolidadas. A autora destaca que a diversidade deve ser entendida como elemento constitutivo do processo educacional, e não como exceção.

Skliar (2006) complementa ao afirmar que a inclusão não se limita à presença física do estudante com deficiência no ambiente escolar ou universitário, mas envolve reconhecimento da diferença como valor. Para o autor, a inclusão demanda mudança cultural profunda, capaz de transformar relações e práticas institucionais.

A inclusão não é simplesmente colocar dentro. Não se trata de uma ação mecânica de inserção, mas de uma transformação ética, política e pedagógica que exige deslocamento de olhares e reconstrução de sentidos sobre a diferença. (SKLIAR, 2006, p. 23)

Dessa forma, a análise das barreiras à inclusão no ensino superior deve considerar não apenas aspectos estruturais, mas também dimensões simbólicas e culturais que influenciam a experiência acadêmica dos estudantes com deficiência.

A identificação dessas barreiras torna-se fundamental para compreender os obstáculos que ainda dificultam a inclusão efetiva de estudantes com deficiência no ensino superior. Nesse contexto, a análise da acessibilidade não deve restringir-se à infraestrutura física das instituições, mas abranger também aspectos relacionados à comunicação, às práticas pedagógicas e às relações sociais estabelecidas no ambiente acadêmico. Dessa forma, torna-se necessário compreender como a gestão institucional e a cultura organizacional influenciam a implementação das políticas inclusivas e a construção de ambientes educacionais mais acessíveis.

2.3 Gestão institucional e cultura organizacional na efetivação da inclusão

A efetivação da inclusão no ensino superior ultrapassa a dimensão normativa e exige comprometimento institucional contínuo. Embora a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência determine a garantia de acesso, permanência e participação das pessoas com deficiência, a materialização desses direitos depende

da forma como a gestão universitária organiza suas políticas internas e constrói sua cultura institucional.

A inclusão não se realiza apenas por meio de adaptações físicas ou pela criação de documentos institucionais. Ela demanda reorganização estrutural e revisão de concepções. Mantoan (2003) afirma que a transformação da escola por extensão da universidade deve ocorrer em sua base organizacional, pois não se trata de adaptar o estudante ao sistema, mas de modificar o sistema para atender à diversidade.

Nesse sentido, a gestão assume papel estratégico. Libâneo (2012) compreende a gestão educacional como processo que articula planejamento, execução e avaliação das ações pedagógicas, administrativas e sociais da instituição. Quando a inclusão não é incorporada ao planejamento institucional, tende a ser tratada como ação isolada, dependente da iniciativa individual de alguns profissionais.

A necessidade de transformação institucional é enfatizada por Mantoan (2003, p. 27), ao afirmar:

A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. A escola inclusiva não prepara apenas para o convívio com a diferença, mas ensina a viver com ela.

Essa compreensão amplia o debate ao demonstrar que a inclusão não é política direcionada a um grupo específico, mas princípio estruturante da instituição.

Além da dimensão administrativa, a cultura organizacional exerce influência determinante. A cultura institucional é composta por valores, crenças e práticas que orientam as relações no ambiente acadêmico. Quando a diversidade é percebida como problema ou exceção, emergem barreiras atitudinais que dificultam a efetivação das políticas inclusivas.

Skliar (2006) argumenta que o desafio da inclusão está menos na diferença em si e mais na forma como a sociedade constrói significados sobre ela. Para o autor, é necessário deslocar o olhar da deficiência como déficit para a diferença como condição humana legítima. Essa mudança de perspectiva exige transformação cultural profunda.

A formação docente também se insere nesse processo. Professores que não recebem preparo para lidar com a diversidade podem manifestar insegurança ou resistência diante das demandas específicas dos estudantes com deficiência.

Carvalho (2012) destaca que a inclusão exige revisão permanente das práticas pedagógicas e abertura para novas estratégias de ensino e avaliação.

Desse modo, compreende-se que a efetivação da inclusão no ensino superior depende da articulação entre gestão institucional comprometida, planejamento estratégico e cultura organizacional orientada pelos princípios da equidade. A presença de legislação constitui condição necessária, mas não suficiente para garantir a inclusão. É no cotidiano institucional, nas decisões administrativas, nas práticas pedagógicas e nas relações interpessoais que os direitos assegurados legalmente se concretizam ou se fragilizam.

Essa discussão torna-se particularmente relevante para o presente estudo, uma vez que permite compreender de que forma as ações desenvolvidas pelo Centro de Estudos Superiores de Tabatinga (CESTB/UEA) contribuem para a promoção da inclusão e quais desafios ainda persistem para a consolidação de uma cultura institucional verdadeiramente inclusiva. Assim, o referencial apresentado oferece suporte teórico para a análise dos dados coletados e para a compreensão das percepções dos participantes acerca das políticas de acessibilidade implementadas pela instituição.

Segue a seção de **Metodologia** ampliada, incorporando a descrição dos participantes da pesquisa e uma tabela de identificação, em formato adequado para artigo científico ou TCC.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como de abordagem qualitativa, por buscar compreender as percepções, experiências e desafios relacionados à implementação das políticas públicas de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. A pesquisa qualitativa possibilita a compreensão aprofundada dos fenômenos sociais a partir da interpretação das experiências e dos significados atribuídos pelos participantes ao contexto investigado.

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória. É descritiva porque procurou identificar e caracterizar as condições de acessibilidade existentes no Centro de Estudos Superiores de Tabatinga (CESTB/UEA), bem como analisar a percepção dos diferentes sujeitos envolvidos no processo de inclusão. Possui também caráter exploratório por buscar ampliar o conhecimento acerca da

efetivação das políticas públicas de acessibilidade e inclusão na instituição, evidenciando seus avanços e desafios.

Em relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa foi desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica fundamentou-se em livros, artigos científicos, dissertações, teses, legislações e documentos oficiais relacionados às políticas públicas de inclusão, acessibilidade, direitos das pessoas com deficiência e educação superior inclusiva. Essa etapa forneceu o embasamento teórico necessário para a interpretação dos dados obtidos na pesquisa de campo.

A pesquisa de campo foi realizada no Centro de Estudos Superiores de Tabatinga (CESTB), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Os participantes foram selecionados de forma intencional, tendo como critérios: ser estudante regularmente matriculado na instituição, com ou sem deficiência, ou integrar a gestão institucional; possuir experiência ou vivência relacionada às políticas de acessibilidade e inclusão desenvolvidas pelo CESTB/UEA; e aceitar participar voluntariamente da pesquisa mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Participaram da pesquisa oito sujeitos, distribuídos em três grupos distintos: quatro estudantes com deficiência (ECD) um com deficiência visual, 2 deficiente físico, e uma com TDH,, três estudantes sem deficiência (ESD) e um representante da gestão institucional (GI). A utilização de códigos teve como finalidade preservar o anonimato dos participantes durante a apresentação e discussão dos resultados.

Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se um **questionário semiestruturado**, composto por questões abertas e fechadas, permitindo aos participantes expressar suas percepções acerca das condições de acessibilidade arquitetônica, comunicacional, pedagógica e atitudinal existentes na instituição. Além disso, os questionários possibilitaram identificar os principais desafios enfrentados pelos estudantes com deficiência e as ações institucionais consideradas mais relevantes para o fortalecimento da inclusão.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados a seguir foram construídos a partir da análise dos questionários aplicados a quatro estudantes com deficiência, três estudantes sem deficiência e um representante da gestão institucional do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga (CESTB/UEA). A organização dos dados ocorreu por

categorias temáticas, definidas a partir dos objetivos da pesquisa e das recorrências identificadas nos depoimentos dos participantes.

4.1 Políticas institucionais de acessibilidade e inclusão no CESTB/UEA

A análise dos dados evidencia que o Centro de Estudos Superiores de Tabatinga (CESTB/UEA) possui iniciativas institucionais voltadas à promoção da acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência. Segundo informações fornecidas pela coordenação, a universidade dispõe de uma política institucional vinculada à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX), sendo operacionalizada por meio do Núcleo de Inclusão de Pessoas com Necessidades Específicas-NIPNE, responsável pelo acompanhamento de estudantes com necessidades específicas.

A existência dessa estrutura institucional demonstra que a temática da inclusão tem sido incorporada formalmente à organização universitária, atendendo às diretrizes estabelecidas pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que atribui às instituições de ensino a responsabilidade de garantir condições adequadas de acesso, permanência e participação dos estudantes com deficiência em todos os níveis educacionais. Nesse sentido, observa-se que a universidade busca desenvolver mecanismos institucionais capazes de atender às demandas desse público, sobretudo por meio de ações de acompanhamento e acolhimento.

Entretanto, os dados revelam que a existência de políticas formais não tem sido suficiente para assegurar a plena efetivação da inclusão no cotidiano acadêmico. Embora alguns participantes reconheçam avanços importantes, especialmente relacionados ao ingresso e à permanência estudantil, os relatos apontam limitações que ainda comprometem o exercício pleno do direito à educação.

Entre os estudantes entrevistados, observa-se uma percepção ambígua acerca do comprometimento institucional com a inclusão. Enquanto alguns reconhecem esforços da universidade em promover ações inclusivas, outros afirmam que as medidas adotadas ainda não respondem adequadamente às suas necessidades específicas. Um dos participantes afirmou que "a universidade oferece oportunidades, mas ainda falta apoio para atender minhas dificuldades". O depoimento evidencia que o reconhecimento das iniciativas institucionais não significa, necessariamente, a percepção de que elas sejam plenamente efetivas. Outro estudante reconheceu a

existência de auxílios estudantis e ações de suporte, porém ressaltou que ainda existem dificuldades relacionadas à acessibilidade e ao atendimento especializado.

Esses resultados evidenciam uma diferença significativa entre a dimensão normativa da inclusão e sua concretização prática. Conforme argumenta Mantoan (2003), a inclusão não se resume à existência de dispositivos legais ou programas institucionais, mas exige transformações estruturais capazes de garantir a participação efetiva dos sujeitos nos diferentes espaços educacionais. Dessa forma, a simples criação de políticas e núcleos especializados representa apenas o primeiro passo de um processo mais amplo, que demanda recursos, planejamento e acompanhamento contínuo.

Os estudantes sem deficiência também apresentaram percepções semelhantes. Embora reconheçam iniciativas institucionais voltadas à inclusão, a maioria considera que a universidade ainda não promove uma inclusão plenamente efetiva. Entre as justificativas apresentadas destacam-se a necessidade de melhorias na infraestrutura física, a ampliação dos recursos pedagógicos adaptados e a capacitação de profissionais para atendimento adequado dos estudantes com deficiência. Tal percepção demonstra que as limitações da política inclusiva não são observadas apenas pelos estudantes diretamente afetados, mas também por outros membros da comunidade acadêmica.

Outro aspecto relevante identificado na pesquisa refere-se ao próprio reconhecimento institucional das dificuldades enfrentadas. O representante da gestão admitiu que os investimentos em acessibilidade ainda são reduzidos e apontou a infraestrutura como um dos principais desafios para a consolidação das políticas inclusivas. Essa constatação reforça a ideia de que a universidade se encontra em processo de construção de uma cultura institucional mais inclusiva, mas ainda enfrenta obstáculos relacionados à disponibilidade de recursos financeiros, adequações estruturais e fortalecimento das ações de acompanhamento.

A partir desses resultados, percebe-se que o CESTB/UEA apresenta avanços importantes na institucionalização das políticas de acessibilidade e inclusão. Contudo, os dados indicam que ainda existe uma distância entre aquilo que é previsto pelas normativas institucionais e a experiência cotidiana dos estudantes com deficiência. Essa realidade corrobora as reflexões de Libâneo (2012), ao afirmar que a efetividade das políticas educacionais depende não apenas de sua formulação, mas também da

capacidade institucional de implementá-las de forma articulada, contínua e alinhada às necessidades reais dos sujeitos envolvidos.

Dessa forma, pode-se afirmar que a inclusão no CESTB/UEA encontra-se em um estágio de consolidação, caracterizado pela existência de mecanismos institucionais de apoio, mas ainda marcado por desafios relacionados à efetividade das ações implementadas. Tal cenário demonstra que a construção de uma universidade verdadeiramente inclusiva exige não apenas a formalização de políticas, mas o fortalecimento permanente das condições materiais, pedagógicas e humanas necessárias para garantir o acesso, a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes com deficiência.

4.2 Permanência e suporte aos estudantes com deficiência

A inclusão no ensino superior não se limita à garantia de acesso à universidade, mas envolve a criação de condições que assegurem a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes ao longo de sua trajetória formativa. Nesse sentido, os resultados da pesquisa revelam que os estudantes com deficiência matriculados no CESTB/UEA apresentam percepções distintas sobre o suporte institucional oferecido pela universidade, evidenciando avanços importantes, mas também limitações que impactam diretamente sua experiência acadêmica.

Entre os aspectos positivos identificados, destacam-se as ações de assistência estudantil voltadas à permanência dos acadêmicos. Um dos participantes relatou: "Recebo auxílio-moradia e consegui vaga na casa do estudante". O depoimento demonstra a importância das políticas de assistência estudantil para a permanência acadêmica, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidades socioeconômicas e distâncias geográficas, como ocorre na região do Alto Solimões. Nesse sentido, observa-se que a assistência estudantil desempenha papel fundamental na redução das desigualdades e na ampliação das oportunidades de acesso e permanência no ensino superior.

A coordenação da instituição também reconhece a existência de iniciativas voltadas ao acompanhamento dos estudantes com deficiência, destacando a atuação do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade em articulação com a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX). Segundo o gestor entrevistado, o acompanhamento ocorre por meio de escutas, atendimentos e encaminhamentos realizados conforme as demandas apresentadas pelos estudantes. Embora tais ações representem avanços significativos, o próprio representante institucional reconhece

que o núcleo ainda se encontra em processo de consolidação e que muitas estratégias de acompanhamento necessitam de maior efetividade.

Apesar dos esforços institucionais identificados, os depoimentos dos estudantes revelam que o suporte oferecido nem sempre atende plenamente às necessidades específicas apresentadas por esse público. Um dos participantes afirmou que não recebe atendimento adequado em relação à sua deficiência física, destacando a ausência de profissionais especializados que possam contribuir para o acompanhamento de suas demandas. Outro estudante relatou que suas dificuldades são ouvidas pela instituição, mas que os problemas apresentados frequentemente permanecem sem solução efetiva. Tais relatos evidenciam que o acolhimento institucional, embora importante, não é suficiente quando não resulta em ações concretas capazes de responder às necessidades dos estudantes.

As dificuldades relacionadas à adaptação acadêmica também apareceram de forma recorrente nos depoimentos. Alguns participantes relataram ter solicitado apoio para adaptações em atividades e avaliações, recebendo atendimento considerado satisfatório em determinados momentos. Entretanto, outros afirmaram que os processos de adaptação ocorreram de forma lenta ou insuficiente, especialmente quando relacionados às dificuldades de comunicação e aprendizagem. Uma estudante surda destacou que, embora a universidade disponibilize intérprete de Libras, nem sempre o suporte ocorre de maneira contínua, o que compromete sua participação plena nas atividades acadêmicas. Da mesma forma, estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem relataram obstáculos para obter adaptações adequadas às suas necessidades específicas.

Esses resultados demonstram que a permanência dos estudantes com deficiência envolve dimensões que ultrapassam a assistência financeira e o acesso físico aos espaços acadêmicos. Aspectos relacionados ao acompanhamento pedagógico, à comunicação acessível, à adaptação curricular e ao atendimento especializado mostram-se igualmente relevantes para garantir condições efetivas de aprendizagem e desenvolvimento acadêmico.

Nesse contexto, os resultados dialogam com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que estabelece que o processo educacional inclusivo deve assegurar não apenas o ingresso dos estudantes com deficiência nos sistemas de ensino, mas também sua permanência com qualidade e equidade. Tal perspectiva reforça a necessidade de que as instituições de ensino

superior desenvolvam mecanismos permanentes de acompanhamento capazes de responder às especificidades de cada estudante.

As reflexões de Mantoan (2003) também contribuem para a compreensão desse cenário ao defender que a inclusão exige a reorganização das práticas institucionais para atender à diversidade humana. Segundo a autora, não basta inserir estudantes com deficiência em espaços educacionais tradicionalmente estruturados para um perfil homogêneo de aluno; é necessário transformar a própria instituição para que ela seja capaz de acolher e responder às diferenças presentes em seu interior.

Dessa forma, os dados da pesquisa indicam que o CESTB/UEA apresenta iniciativas importantes voltadas à permanência dos estudantes com deficiência, especialmente por meio da assistência estudantil e das ações promovidas pelo Núcleo de Inclusão e Acessibilidade. Contudo, os relatos dos participantes demonstram que ainda existem fragilidades relacionadas ao acompanhamento especializado, à adaptação pedagógica e à efetividade das ações institucionais. Tais desafios reforçam a necessidade de fortalecimento das políticas de permanência, compreendendo a inclusão como um processo contínuo que exige investimento permanente, acompanhamento sistemático e atenção às demandas específicas dos estudantes.

4.3 Barreiras à inclusão no ensino superior: entre a acessibilidade prevista e a realidade vivenciada

A análise dos questionários permitiu identificar que os estudantes com deficiência matriculados no CESTB/UEA enfrentam diferentes barreiras que interferem em sua participação plena no ambiente acadêmico. Embora a instituição possua iniciativas voltadas à inclusão, os relatos evidenciam que ainda persistem obstáculos de natureza comunicacional, pedagógica, arquitetônica e atitudinal, demonstrando que a efetivação das políticas de acessibilidade ainda constitui um desafio para a comunidade universitária.

Entre as barreiras identificadas, as dificuldades comunicacionais apareceram com maior frequência nos depoimentos dos participantes. Um dos estudantes afirmou: "Tenho dificuldade para entender algumas explicações dos professores". Outro participante relatou que "a comunicação com alguns docentes ainda é muito difícil". A situação mostrou-se ainda mais evidente no relato da estudante surda, que destacou a ausência ocasional de intérpretes de Libras e a dificuldade de comunicação com pessoas que não dominam a Língua Brasileira de Sinais. Esses depoimentos revelam

que o acesso à informação e ao conhecimento ainda representa um dos principais desafios enfrentados pelos estudantes com deficiência na instituição pesquisada, comprometendo sua participação plena nas atividades acadêmicas e sociais.

Esses resultados corroboram as reflexões de Sassaki (2006), para quem as barreiras comunicacionais constituem um dos maiores obstáculos à inclusão social e educacional. Segundo o autor, a acessibilidade comunicacional envolve não apenas a disponibilização de recursos específicos, mas também a criação de condições que possibilitem a troca efetiva de informações entre todos os sujeitos envolvidos no processo educativo. Nesse sentido, a simples presença do estudante na sala de aula não garante sua inclusão se ele não conseguir compreender, participar e interagir de forma adequada com o ambiente acadêmico.

Os dados também evidenciaram a existência de barreiras pedagógicas. Alguns estudantes relataram dificuldades relacionadas à realização de atividades escritas, compreensão dos conteúdos e adaptação das metodologias de ensino às suas necessidades específicas. Um dos participantes afirmou enfrentar limitações em atividades que exigem produção textual, como resumos e trabalhos acadêmicos, destacando que suas dificuldades nem sempre são devidamente compreendidas pelos professores. Outro estudante relatou que sua principal dificuldade consiste em acompanhar e compreender os conteúdos trabalhados durante as aulas.

A estudante surda também destacou que determinados materiais e explicações nem sempre são adaptados às suas necessidades comunicacionais, dificultando o processo de aprendizagem. Esses relatos demonstram que a inclusão não depende exclusivamente da eliminação de barreiras físicas, mas exige igualmente a revisão das práticas pedagógicas desenvolvidas no ambiente universitário.

Nesse aspecto, os resultados dialogam diretamente com Mantoan (2003), que defende a necessidade de flexibilização curricular e metodológica para atender às diferentes formas de aprendizagem presentes no contexto educacional. Para a autora, uma educação verdadeiramente inclusiva pressupõe o reconhecimento da diversidade dos estudantes e a adoção de estratégias pedagógicas capazes de garantir oportunidades equitativas de participação e desenvolvimento acadêmico.

As barreiras arquitetônicas também foram identificadas pelos participantes, embora tenham aparecido com menor frequência quando comparadas às dificuldades comunicacionais e pedagógicas. Os estudantes sem deficiência relataram problemas relacionados à infraestrutura do campus, destacando corredores estreitos,

difficultades de circulação para cadeirantes e limitações no atendimento às necessidades de pessoas com deficiência visual. Também foram mencionadas a necessidade de instalação de rampas, banheiros adaptados e ampliação dos recursos de acessibilidade física.

Essas percepções encontram respaldo no depoimento do representante da gestão institucional, que reconheceu a insuficiência dos investimentos destinados à acessibilidade e apontou a infraestrutura como um dos principais desafios enfrentados pela universidade. Segundo o gestor, embora existam iniciativas voltadas à melhoria dos espaços físicos, a instituição ainda necessita de investimentos capazes de ampliar as condições de mobilidade e acessibilidade para os estudantes com deficiência.

Conforme estabelecido pela ABNT NBR 9050 (2015), a acessibilidade arquitetônica constitui requisito fundamental para garantir autonomia e segurança às pessoas com deficiência. Dessa forma, a permanência de obstáculos físicos representa uma limitação significativa para a efetivação dos direitos assegurados pela legislação brasileira.

Além das dificuldades comunicacionais, pedagógicas e arquitetônicas, os resultados também revelaram a presença de barreiras atitudinais. Embora alguns participantes afirmem não ter sofrido discriminação direta, outros relataram experiências de exclusão e tratamento diferenciado no ambiente acadêmico. Um estudante afirmou já ter sido excluído de atividades em grupo por colegas que não desejavam sua participação, situação que lhe causou sentimentos de tristeza e constrangimento. Outro participante relatou não ter sofrido discriminação explícita, mas afirmou perceber olhares diferentes em relação à sua condição.

Os estudantes sem deficiência também reconheceram a existência desse problema ao relatarem situações em que colegas com deficiência deixaram de participar plenamente de determinadas atividades acadêmicas. Tais relatos demonstram que a inclusão não depende apenas de recursos materiais ou adaptações estruturais, mas também da construção de relações sociais pautadas no respeito às diferenças e na valorização da diversidade humana.

Skliar (2006) argumenta que a exclusão frequentemente se manifesta por meio de atitudes sutis, naturalizadas nas relações sociais, que acabam produzindo sentimentos de isolamento e invisibilidade. Nesse sentido, a superação das barreiras atitudinais exige mudanças culturais profundas, capazes de transformar a forma como a diferença é percebida no ambiente educacional.

De maneira geral, os resultados revelam que as barreiras comunicacionais constituem o principal desafio enfrentado pelos estudantes com deficiência no CESTB/UEA, seguidas pelas dificuldades pedagógicas, arquitetônicas e atitudinais. Esse achado demonstra que, embora existam políticas institucionais voltadas à inclusão, sua efetividade ainda encontra limitações no cotidiano acadêmico. Dessa forma, a promoção de uma educação superior verdadeiramente inclusiva exige ações integradas que contemplem acessibilidade física, comunicação acessível, formação profissional e fortalecimento de uma cultura institucional comprometida com o respeito à diversidade.

Considerando os relatos dos participantes e a análise realizada à luz do referencial teórico, foi possível sistematizar as principais barreiras identificadas na pesquisa, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Principais barreiras identificadas na pesquisa

Categoria	Evidências encontradas
Comunicacionais	Dificuldade de comunicação com docentes e colegas; ausência ocasional de intérprete de Libras
Pedagógicas	Dificuldades de aprendizagem e insuficiência de adaptações metodológicas
Arquitetônicas	Limitações de circulação, necessidade de rampas e adequações estruturais
Atitudinais	Situações de exclusão, preconceito e dificuldades de convivência

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Observa-se que as barreiras comunicacionais foram as mais recorrentes nos depoimentos dos participantes, seguidas pelas dificuldades pedagógicas, arquitetônicas e atitudinais. Tal resultado demonstra que a inclusão no ensino superior exige uma abordagem multidimensional, capaz de contemplar não apenas adaptações físicas, mas também estratégias pedagógicas, comunicacionais e culturais voltadas à promoção da participação plena dos estudantes com deficiência.

4.4 Desafios e perspectivas para o fortalecimento da inclusão no CESTB/UEA

Os resultados obtidos nesta pesquisa demonstram que a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior constitui um processo em construção no âmbito do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga (CESTB/UEA). Embora a instituição possua políticas formais voltadas à acessibilidade e ao acompanhamento dos

estudantes com deficiência, os depoimentos dos participantes revelam a existência de desafios que limitam a efetividade dessas ações e dificultam a consolidação de um ambiente acadêmico plenamente inclusivo.

Entre os principais desafios identificados, destaca-se a necessidade de ampliação da acessibilidade comunicacional. Os relatos dos estudantes evidenciam que as dificuldades de comunicação representam um dos fatores que mais interferem em sua participação acadêmica, especialmente nos casos que envolvem estudantes surdos ou acadêmicos que apresentam dificuldades de compreensão dos conteúdos ministrados em sala de aula. A insuficiência de recursos de comunicação acessível, aliada à limitação do conhecimento de Libras por parte de professores e colegas, constitui um obstáculo significativo para a construção de relações acadêmicas mais inclusivas.

A necessidade de formação continuada dos profissionais da educação também aparece de forma recorrente nos questionários. Os estudantes sem deficiência apontaram que a inclusão pode ser fortalecida por meio da capacitação dos docentes para lidar com as especificidades dos estudantes com deficiência, bem como pela ampliação das estratégias pedagógicas inclusivas. Essa percepção reforça a compreensão de que a inclusão não depende exclusivamente de investimentos em infraestrutura, mas também da qualificação dos profissionais responsáveis pela mediação do processo educativo.

Conforme destaca Carvalho (2012), a educação inclusiva exige uma revisão constante das práticas pedagógicas e da postura dos profissionais diante da diversidade presente no ambiente escolar e universitário. Dessa forma, a formação continuada torna-se instrumento essencial para que docentes e demais servidores desenvolvam competências capazes de responder adequadamente às necessidades dos estudantes com deficiência.

Outro aspecto evidenciado pelos participantes refere-se à necessidade de fortalecimento da infraestrutura física da instituição. A ampliação de rampas de acesso, a adequação de espaços para circulação de cadeirantes, a implementação de sinalização acessível e a oferta de recursos voltados às pessoas com deficiência visual foram apontadas como medidas importantes para a melhoria das condições de acessibilidade no campus. Essas demandas também foram reconhecidas pela própria gestão institucional, que destacou a infraestrutura como um dos principais desafios enfrentados pelo CESTB/UEA na implementação das políticas inclusivas.

Os resultados demonstram ainda que a inclusão demanda ações permanentes de conscientização da comunidade acadêmica. As situações de exclusão relatadas por alguns estudantes indicam que as barreiras atitudinais permanecem presentes no cotidiano universitário, manifestando-se por meio de comportamentos que dificultam a participação plena das pessoas com deficiência em atividades acadêmicas e sociais. Nesse contexto, torna-se necessário desenvolver iniciativas voltadas à sensibilização dos estudantes, professores e servidores acerca da importância do respeito às diferenças e da valorização da diversidade.

As reflexões de Skliar (2006) contribuem para compreender essa problemática ao afirmar que a inclusão não depende apenas da eliminação de obstáculos físicos, mas da construção de uma cultura institucional capaz de reconhecer a diferença como elemento legítimo da convivência humana. Assim, a transformação das atitudes e das relações sociais constitui condição indispensável para a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Apesar dos desafios identificados, os resultados da pesquisa também evidenciam perspectivas positivas para o fortalecimento da inclusão no CESTB/UEA. A existência do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade, a atuação da PROEX no acompanhamento dos estudantes e o reconhecimento institucional das dificuldades existentes demonstram que a universidade possui bases importantes para o desenvolvimento de ações mais abrangentes e efetivas. Além disso, a própria comunidade acadêmica apresentou sugestões de melhorias que podem subsidiar futuras intervenções institucionais.

Nesse sentido, os dados indicam que o fortalecimento das políticas de inclusão no CESTB/UEA passa pela ampliação dos investimentos em acessibilidade física, pela qualificação dos profissionais da educação, pela oferta de recursos comunicacionais adequados, pelo fortalecimento das ações de acompanhamento estudantil e pela promoção de uma cultura institucional comprometida com a equidade e o respeito à diversidade. Tais medidas poderão contribuir significativamente para reduzir as barreiras identificadas nesta pesquisa e assegurar condições mais adequadas de acesso, permanência e sucesso acadêmico aos estudantes com deficiência.

Em síntese, os resultados da pesquisa evidenciam que o CESTB/UEA possui iniciativas institucionais voltadas à promoção da acessibilidade e inclusão, porém ainda enfrenta desafios relacionados à efetivação dessas políticas no cotidiano

acadêmico. As barreiras comunicacionais, pedagógicas, arquitetônicas e atitudinais identificadas pelos participantes demonstram que a inclusão constitui um processo contínuo, que exige investimentos, planejamento institucional e transformação cultural para garantir condições efetivas de acesso, permanência e sucesso acadêmico às pessoas com deficiência. Os achados desta pesquisa demonstram que a efetivação da inclusão no ensino superior depende não apenas da existência de políticas institucionais, mas da capacidade de transformá-las em práticas concretas que garantam participação, autonomia e equidade aos estudantes com deficiência.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a implementação das políticas públicas de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência no Centro de Estudos Superiores de Tabatinga (CESTB/UEA), buscando compreender de que forma essas políticas são desenvolvidas na instituição e quais desafios ainda permanecem para sua efetivação.

Com base nos resultados obtidos, conclui-se que o CESTB/UEA possui políticas e iniciativas voltadas à promoção da acessibilidade e inclusão, desenvolvidas principalmente por meio da atuação do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade e das ações vinculadas à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX). Essas iniciativas demonstram o compromisso institucional com a garantia do acesso e da permanência dos estudantes com deficiência no ensino superior.

Entretanto, os dados evidenciam que a efetivação dessas políticas ainda ocorre de forma parcial. Embora os participantes reconheçam avanços relacionados ao acolhimento institucional, à assistência estudantil e ao acompanhamento de estudantes com necessidades específicas, persistem obstáculos que limitam a construção de um ambiente acadêmico plenamente inclusivo.

Entre os resultados encontrados, destacam-se as barreiras comunicacionais como o principal desafio enfrentado pelos estudantes com deficiência. As dificuldades relacionadas à comunicação com professores e colegas, à insuficiência de recursos acessíveis e às limitações no atendimento das necessidades de estudantes surdos demonstram que o acesso à informação e à participação acadêmica ainda não ocorre em condições plenamente equitativas. Além disso, a pesquisa identificou a presença de barreiras pedagógicas, arquitetônicas e atitudinais que interferem diretamente na experiência acadêmica desses estudantes.

Os resultados também demonstraram que a permanência estudantil depende não apenas da oferta de benefícios e programas institucionais, mas da existência de condições efetivas de acessibilidade, acompanhamento pedagógico e suporte especializado. Nesse sentido, verificou-se que, apesar dos esforços desenvolvidos pela instituição, ainda existem demandas relacionadas à adaptação de atividades acadêmicas, melhoria da infraestrutura física, ampliação dos recursos de acessibilidade comunicacional e fortalecimento das ações de conscientização da comunidade universitária.

Dessa forma, conclui-se que o CESTB/UEA apresenta avanços importantes na implementação das políticas públicas de acessibilidade e inclusão, especialmente por meio da atuação do Núcleo de Inclusão de Pessoas com Necessidades Específicas (NIPNE) e das ações de assistência estudantil. Entretanto, a pesquisa evidenciou que essas políticas ainda são efetivadas de forma parcial, uma vez que persistem barreiras comunicacionais, pedagógicas, arquitetônicas e atitudinais que comprometem a plena inclusão dos estudantes com deficiência. Nesse sentido, torna-se necessário fortalecer ações de acompanhamento pedagógico, ampliar os recursos de acessibilidade comunicacional, promover formação continuada para docentes e técnicos, realizar ações permanentes de sensibilização da comunidade acadêmica e investir na adequação da infraestrutura física da instituição.

Assim, responde-se à questão norteadora deste estudo ao concluir que as políticas públicas de acessibilidade vêm sendo implementadas no CESTB/UEA e contribuem para a inclusão dos estudantes com deficiência, porém sua efetividade ainda depende do fortalecimento dessas ações para garantir condições plenas de acesso, permanência, participação e aprendizagem em igualdade de oportunidades.

Como limitação deste estudo, destaca-se a ausência da participação dos docentes na coleta de dados, o que impossibilitou a análise das percepções desse segmento acerca das políticas de acessibilidade e inclusão desenvolvidas pela instituição. Recomenda-se que pesquisas futuras ampliem a participação dos diferentes atores que compõem a comunidade acadêmica, possibilitando uma compreensão mais abrangente dos desafios e potencialidades da inclusão no ensino superior.

Além de contribuir para o aprimoramento das práticas institucionais do CESTB/UEA, esta pesquisa amplia as discussões sobre acessibilidade e inclusão no ensino superior em contexto amazônico, especialmente em regiões de fronteira, onde

ainda são escassos os estudos voltados à análise da implementação e da efetivação das políticas públicas de inclusão. Ao evidenciar os desafios e as potencialidades desse contexto, o estudo oferece subsídios para o fortalecimento de políticas e práticas inclusivas em instituições que compartilham características geográficas, sociais e logísticas semelhantes.

Por fim, espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para o fortalecimento das políticas de acessibilidade e inclusão no CESTB/UEA, servindo como subsídio para reflexões e ações institucionais voltadas à construção de um ambiente acadêmico mais acessível, acolhedor e comprometido com a garantia do direito à educação para todos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050:2015. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2026.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. 10. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6. ed. Goiânia: Alternativa, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos.** São Paulo: Summus, 2015.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 2006.

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos estudantes com deficiência**QUESTIONÁRIO 1- ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA**

TEMA: POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO NO CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TABATINGA-AM (UEA)

Prezado(a) participante,

Este questionário faz parte de uma pesquisa acadêmica vinculada ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Pedagogia, cujo objetivo é analisar a implementação das políticas públicas de acessibilidade e inclusão no ensino superior, especificamente no Centro de Estudos Superiores de Tabatinga (CESTB/UEA).

Sua participação é voluntária e de grande importância para a realização desta pesquisa. As informações fornecidas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos, sendo garantido o anonimato e a confidencialidade dos dados.

Termo de Consentimento:

() Declaro que fui informado(a) sobre os objetivos da pesquisa e concordo em participar voluntariamente.

DADOS GERAIS

Idade:

Curso:

Período:

BLOCO 1 – ACESSO

1. Como foi seu processo de ingresso na instituição?

2. Você encontrou dificuldades relacionadas à acessibilidade ao entrar na universidade? Quais?

BLOCO 2 – PERMANÊNCIA

3. A instituição oferece suporte adequado às suas necessidades? Explique.

4. Você já solicitou algum tipo de adaptação? Como foi o atendimento?

BLOCO 3 – BARREIRAS

5. Você identifica barreiras na instituição? () Sim () Não
Se sim, quais?

() Arquitetônicas
() Comunicacionais
() Pedagógicas
() Atitudinais

Explique sua resposta:

6. Você já se sentiu excluído(a) ou discriminado(a)? Descreva.

BLOCO 4 – GESTÃO E INCLUSÃO

7. Você percebe comprometimento da instituição com a inclusão? Por quê?

8. O que poderia ser melhorado para tornar a universidade mais inclusiva?

APÊNDICE B – Questionário aplicado aos estudantes sem deficiência**QUESTIONÁRIO 2- ESTUDANTES SEM DEFICIÊNCIA****TEMA: POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO NO CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TABATINGA-AM (UEA)**

Prezado(a) participante,

Este questionário faz parte de uma pesquisa acadêmica vinculada ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Pedagogia, cujo objetivo é analisar a implementação das políticas públicas de acessibilidade e inclusão no ensino superior, especificamente no Centro de Estudos Superiores de Tabatinga (CESTB/UEA).

Sua participação é voluntária e de grande importância para a realização desta pesquisa. As informações fornecidas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos, sendo garantido o anonimato e a confidencialidade dos dados.

Termo de Consentimento:

() Declaro que fui informado(a) sobre os objetivos da pesquisa e concordo em participar voluntariamente.

DADOS GERAIS

Idade:

Curso:

Período:

BLOCO 1 – CONVIVÊNCIA

1. Você já estudou com colegas com deficiência? () Sim () Não
2. Como você percebe essa convivência no ambiente acadêmico?

BLOCO 2 – INCLUSÃO

3. Você acredita que a instituição promove inclusão de forma efetiva? Explique.

4. Professores incentivam práticas inclusivas em sala de aula? Como?

BLOCO 3 – PERCEPÇÃO DE BARREIRAS

5. Você já presenciou dificuldades enfrentadas por estudantes com deficiência?
Quais?

6. Já observou situações de preconceito ou exclusão? Descreva.

BLOCO 4 – AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

7. Como você avalia a estrutura da universidade em relação à acessibilidade?

8. O que poderia ser melhorado?

APÊNDICE C – Questionário aplicado à gestão institucional

QUESTIONÁRIO 3 – GESTÃO/COORDENAÇÃO

TEMA: POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO NO CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TABATINGA-AM (UEA)

Prezado(a) participante,

Este questionário faz parte de uma pesquisa acadêmica vinculada ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Pedagogia, cujo objetivo é analisar a implementação das políticas públicas de acessibilidade e inclusão no ensino superior, especificamente no Centro de Estudos Superiores de Tabatinga (CESTB/UEA).

Sua participação é voluntária e de grande importância para a realização desta pesquisa. As informações fornecidas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos, sendo garantido o anonimato e a confidencialidade dos dados.

Termo de Consentimento:

() Declaro que fui informado(a) sobre os objetivos da pesquisa e concordo em participar voluntariamente.

DADOS GERAIS

Área de atuação:

Tempo na instituição:

BLOCO 1 – POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

1. A instituição possui políticas formais de acessibilidade e inclusão?

2. Como essas políticas são implementadas?

BLOCO 2 – ESTRUTURA

3. Há investimentos em acessibilidade? Quais?

4. Existe setor ou núcleo responsável?

BLOCO 3 – ACOMPANHAMENTO

5. Como ocorre o acompanhamento dos estudantes com deficiência?

6. Existem estratégias para permanência e sucesso acadêmico?

BLOCO 4 – DESAFIOS

7. Quais são os principais desafios enfrentados pela instituição?

8. Quais melhorias são planejadas?
